

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Negociações Internacionais**

**Período de Análise: 01/01/2016 a 31/01/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária:** Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

## Índice

<b>Doações de cestas beneficiaram 5 mil famílias em 2015.</b> CONAB. 04/01/2016. ....	3
<b>Conab distribui 200 mil cestas de alimentos a comunidades tradicionais.</b> CONAB. 05/01/2016. ....	3
<b>Anvisa passa a divulgar fila de espera para análise de agrotóxicos.</b> Cristiano Zaia - Valor Econômico. 05/01/2016. ....	4
<b>Doações de cestas da Conab atenderam mais de 300 mil famílias.</b> CONAB. 06/01/2016. ....	4
<b>Greenpeace diz que chineses têm plantado milho transgênico ilegalmente.</b> Mariana Caetano - Valor Econômico. 06/01/2016. ....	5
<b>Governo defende investigação antidumping contra batata da Europa.</b> Cristiano Zaia – Valor Econômico. 07/01/2016. ....	6
<b>Rio Grande do Norte: Conab libera R\$ 2,3 milhões para compra de alimentos da agricultura familiar em 2015.</b> CONAB. 07/01/2016. ....	6
<b>Análise preliminar mostra malefícios de inseticida às abelhas, diz EPA.</b> Valor Econômico, Agronegócios. 07/01/2016. ....	7
<b>Governo federal investiu R\$ 567 milhões na compra de alimentos da agricultura familiar.</b> CONAB. 13/01/2016. ....	9
<b>Entraves à pesquisa sobre pragas no agronegócio.</b> Valor Econômico. 14/01/2016..	10
<b>Casos de ferrugem da soja já superam mesmo período da safra passada.</b> Mariana Caetano - Valor Econômico. 14/01/2016. ....	11
<b>Para CNA, alimentos produzidos com o uso correto de defensivos agrícolas são seguros.</b> CNA. 19/01/2016. ....	12
<b>REGIÃO NORTE: Conab doa 528,2 toneladas de alimentos.</b> CONAB. 19/01/2016. ....	13
<b>Vacinação contra a febre aftosa alcança 99,59% do rebanho bovino de Mato Grosso.</b> CNA. 19/01/2016. ....	13
<b>FAEA apresenta propostas para a próxima Campanha de Vacinação Contra Febre Aftosa.</b> CNA. 20/01/2016. ....	14
<b>Qualidade de semente preocupa em MT -</b> Mariana Caetano. Valor Econômico, Agronegócios. 28/01/2016. ....	15
<b>Prato cheio.</b> Jacilio Saraiva – Valor Econômico. 29/01/2016. ....	16
<b>PAA registra crescimento no semiárido brasileiro.</b> CONAB. 29/01/2016. ....	18

### **Doações de cestas beneficiaram 5 mil famílias em 2015. CONAB. 04/01/2016.**

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) doou, em 2015, mais de 740 toneladas de alimentos para comunidades indígenas, quilombolas, afrodescendentes e outros grupos populacionais em situação de insegurança alimentar do estado da Paraíba. O programa atendeu aproximadamente 5 mil famílias com cestas compostas por arroz, feijão, farinha, açúcar, óleo, leite, macarrão e flocos. A Superintendência Regional da Companhia na Paraíba espera manter a média de doações ao longo de 2016.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Em 2015, a Paraíba contou com um aumento de cerca de 10% na liberação de recursos para compra da produção de pequenos agricultores do estado. Cerca de 2 mil pequenos agricultores foram contemplados pelo PAA, com investimentos da ordem de R\$ 15 milhões. Os alimentos adquiridos pelo governo federal foram doados à rede socioassistencial e beneficiaram em torno de 600 mil pessoas.

Vendas em balcão - Entre janeiro e dezembro de 2015, cerca de 3 mil criadores rurais paraibanos foram atendidos pelo Programa de Vendas em Balcão. Foram disponibilizadas mais de 80 mil toneladas de milho para os beneficiários cadastrados no programa, que são pequenos criadores que utilizam o grão na ração animal.

A Companhia também investiu, ao longo de 2015, R\$ 700 mil reais no fortalecimento da cadeia produtiva do mel na Paraíba, o que beneficiou 100 produtores da região.

---

### **Conab distribui 200 mil cestas de alimentos a comunidades tradicionais. CONAB. 05/01/2016.**

Mais de 200 mil cestas de alimentos foram distribuídas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a comunidades tradicionais de Pernambuco em 2015. Mais de 70 mil acampados, pescadores, marisqueiros, indígenas, quilombolas e moradores de comunidades de terreiros foram beneficiados com as cestas que continham feijão, arroz, flocos de milho, óleo, macarrão e leite.

A Companhia também atendeu 900 pequenos produtores por meio do Programa de Vendas em Balcão. Foram comercializadas 1,6 mil toneladas de milho nas unidades armazenadoras do estado.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) fechou o ano de 2015 com a liberação de R\$ 2,8 milhões para nove projetos em Pernambuco. Ao todo, 360 agricultores forneceram 1,2 mil toneladas de alimentos para o abastecimento de 27 unidades receptoras entre redes socioassistencial, de ensino, de saúde e também a equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

---

**Anvisa passa a divulgar fila de espera para análise de agrotóxicos. Cristiano Zaia - Valor Econômico. 05/01/2016.**

BRASÍLIA - A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) passou a divulgar em sua plataforma online uma fila de espera atualizada de análise de defensivos agrícolas. Segundo o órgão, a iniciativa pretende diminuir a burocracia e dar mais transparência sobre o andamento de pedidos para registro de agroquímicos pela indústria, que era feito apenas por PDF solicitado individualmente pelo fabricante.

A partir do último dia 21 de dezembro, informa o órgão, as informações toxicológicas sobre vários tipos de registros e autorização para produtos agroquímicos, que são de responsabilidade da agência reguladora, vêm sendo disponibilizadas de maneira pública por ordem de pedido. O nome dos produtos não pode ser visualizado, apenas pelo fabricante a quem interessa o registro.

De acordo com a Anvisa, a análise toxicológica de defensivos agrícolas será realizada conforme a ordem cronológica de protocolo. Alguns processos de análise que possuem previsão legal para serem priorizados, conforme emergência fitossanitária, por exemplo, passarão por tratamento diferenciado na agência, mas ainda assim seguirão o ordenamento cronológico.

Em nota divulgada nesta terça-feira, o Ministério da Agricultura aprovou a medida, que “possibilitará maior previsibilidade ao setor agropecuário e aos fabricantes dos produtos, que agora podem controlar o andamento das demandas em tempo real”, diz a Pasta, por meio de sua assessoria de imprensa.

“Excesso de burocracia não significa cuidado. Cuidado é pedir o necessário, o que, de fato, será eficaz nesses registros”, afirmou a ministra Kátia Abreu, da Agricultura, em nota. “A Anvisa está tentando organizar processos diferenciados e nós queremos dar todo apoio. Não queremos briga entre órgãos. O que queremos é eficiência”, acrescentou.

Kátia Abreu vem travando uma batalha dentro do governo pela agilidade no registro de produtos agroquímicos, enquanto vários ministérios defendem um plano para reduzir o uso desses defensivos no país alegando riscos à saúde humana.

---

**Doações de cestas da Conab atenderam mais de 300 mil famílias. CONAB. 06/01/2016.**

Durante todo o ano de 2015, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) doou mais de 22,4 mil toneladas de alimentos a cerca de 335 mil famílias de acampados, quilombolas, comunidades de terreiros, indígenas, pescadores artesanais e a comunidades que sofreram calamidades. O atendimento a populações em situação de

insegurança alimentar e nutricional é uma parceria da Companhia com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Outras 3,8 mil toneladas de alimentos foram doadas pela Conab a 194 instituições cadastradas nos conselhos municipais de assistência social de 118 municípios dos 26 estados da Federação e do Distrito Federal. Entre os produtos entregues estão suco de frutas, leite em pó integral, arroz beneficiado, feijão e farinha de mandioca.

Feijão da PGPM - A Conab também atendeu, em 2015, municípios interessados em receber feijão dos estoques do governo federal, em benefício de comunidades carentes. Entre julho e dezembro foram liberadas cerca de 9,4 mil toneladas do produto para 950 prefeituras, para destinação a entidades e organizações integrantes da rede socioassistencial, equipamentos de alimentação e nutrição como restaurantes comunitários e cozinhas populares, e ainda para a rede pública de saúde, educação e segurança. A doação de feijão dos estoques públicos para municípios de todo o país foi autorizada pelo Decreto 8.481/2015, de julho de 2015.

---

### **Greenpeace diz que chineses têm plantado milho transgênico ilegalmente. Mariana Caetano - Valor Econômico. 06/01/2016.**

SÃO PAULO - O Greenpeace afirmou hoje que produtores da China estão cultivando milho transgênico ilegalmente. O grupo ambientalista, que conduziu uma pesquisa entre maio e dezembro do ano passado, disse que 93% dos testes que fez em campo e 20 de 21 amostras do produto coletadas no mercado indicaram a presença de material geneticamente modificado, cujo cultivo é proibido no país.

As amostras vieram de cinco importantes regiões de produção de milho na província de Liaoning. Houve ainda a análise de sementes e do grão armazenado em silos e em supermercados. "Todas as etapas mostraram um alto nível de contaminação com geneticamente modificados", disse o Greenpeace, em nota. Entre os transgênicos detectados, há materiais patenteados pela Monsanto, Syngenta, DuPont e Dow.

O governo chinês tem estimulado a pesquisa com transgênicos no país, e mesmo que o plantio ainda não seja permitido, há autorização para a importação de geneticamente modificados. No fim de 2014, a China liberou a importação do MIR 162, um milho transgênico da Syngenta, depois de devolver mais de um milhão de toneladas do grão aos EUA, fruto de uma contaminação de cargas com este evento transgênico ("trait").

Ainda assim, a China obriga a rotulagem dos produtos que contenham geneticamente modificados para garantir aos consumidores o "direito de escolha", conforme o Greenpeace. "A produção ilegal de milho transgênico, que provavelmente já entrou na cadeia de abastecimento, viola diretamente esse direito", disse a organização.

Na nota, Li Yifang, chefe da campanha de alimentos e agricultura do Greenpeace, pediu que o governo chinês investigue “imediatamente” as origens da contaminação e implemente medidas “para garantir que isso nunca aconteça novamente”. O grupo pediu também que as autoridades chinesas estabeleçam um sistema regular de inspeção de sementes antes do período de plantio a cada ano.

---

### **Governo defende investigação antidumping contra batata da Europa. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 07/01/2016.**

BRASÍLIA - A secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Tatiana Palermo, defendeu nesta quinta-feira a abertura pelo governo brasileiro de investigação sobre possível prática de dumping nas exportações de batatas congeladas da Alemanha, Bélgica, França e Holanda.

Em dezembro do ano passado, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior publicou uma circular informando que começaria a investigar uma denúncia formal de uma empresa brasileira de alimentos, a Bem Brasil Alimentos, que se queixou de possível dumping (venda de produtos abaixo dos preços de mercado) nas exportações dessas batatas ao Brasil.

“A abertura do processo demonstra que as empresas do agronegócio brasileiro estão ficando mais ativas na defesa de um comércio justo, a exemplo do que já ocorre em outros setores, como o metalúrgico e o químico”, disse Tatiana em nota. “É um movimento ainda bastante tímido e deveria ser melhor explorado por essas empresas”, acrescentou.

Ainda segundo o Ministério da Agricultura, atualmente dois setores da cadeia agropecuária já contam com taxas antidumping no Brasil: o alho proveniente da China e o leite em pó vindo da Nova Zelândia e União Europeia.

Atualmente, somente dois produtos do setor têm medidas de direito antidumping, vigentes até 2018: alho (originário da China) e leite em pó (originário da Nova Zelândia e União Europeia). Tais produtos fazem parte de um grupo de 75 medidas vigentes. A aplicação do direito antidumping sobre o alho é a mais antiga: a primeira vigência foi em 1996. Depois, houve três revisões (2000, 2006 e 2011), o que permitiu a manutenção do direito até hoje.

---

### **Rio Grande do Norte: Conab libera R\$ 2,3 milhões para compra de alimentos da agricultura familiar em 2015. CONAB. 07/01/2016.**

Como resultado de uma agenda de palestras, reuniões e visitas orientadas promovidas pela Companhia Nacional de Abastecimento em diversas regiões do estado, o Programa

de Aquisição de Alimentos (PAA) ganhou impulso no Rio Grande do Norte em 2015. Balanço da Superintendência Regional da Companhia indica que 353 agricultores familiares vinculados a associações e cooperativas produziram alimentos com apoio de R\$ 2,3 milhões do governo federal.

A produção, comercializada na modalidade Compra com Doação Simultânea, beneficiou 54 mil pessoas atendidas pelas redes socioassistenciais, de ensino, saúde e também por equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional como bancos de alimentos e restaurantes populares. O Programa operacionalizado pela Conab tem recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Programa de Vendas em Balcão (Provb) - Entre janeiro e dezembro de 2015, 13,77 mil toneladas de milho em grãos foram vendidos a criadores e agroindústrias de pequeno porte do Rio Grande do Norte, consolidando a região como o quarto estado que mais vendeu milho no país, atrás apenas do Ceará, Rio Grande do Sul e Piauí. No período, foram feitos 11.027 atendimentos em todo o estado.

Atualmente, a saca de 60 kg está custando R\$ 44,04 no estado.

Doação de alimentos - Comunidades tradicionais do Rio Grande do Norte receberam 22,3 mil cestas de alimentos da Conab em 2015. Distribuídas em seis etapas ao longo do ano, as cestas beneficiaram 4 mil famílias de acampados da reforma agrária, quilombolas, comunidades de terreiros, indígenas e pescadores artesanais.

No total, foram distribuídas cerca de 223 toneladas de arroz, 67 t de feijão, 44 t de farinha de mandioca, 44 t de açúcar refinado, 22 t de macarrão, 23 t de flocos de milho, 34 t de leite em pó e 44 mil litros de óleo de soja.

---

### **Análise preliminar mostra malefícios de inseticida às abelhas, diz EPA. Valor Econômico, Agronegócios. 07/01/2016.**

Por Dow Jones Newswires

WASHINGTON - A Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) afirmou ontem que uma análise preliminar indicou que um princípio ativo utilizado em inseticidas coloca em risco a saúde de abelhas, os insetos mais importantes para a polinização de dezenas de culturas agrícolas.

Segundo a entidade americana, a análise identificou resíduos altos de imidacloprida em plantas, o que poderia ter o efeito maléfico de reduzir o número de polinizadores e de volume produzido de mel.

A imidacloprida pertence à família química dos neonicotinóides, os mais difundidos na agricultura desde o início dos anos 1990.

O governo americano passou a investir US\$ 40 milhões ao ano para pesquisas científicas que ajudem a decifrar o desaparecimento em massa de abelhas e outros polinizadores naturais, como pássaros e morcegos. O dinheiro é quatro vezes superior ao que era investido em 2006.

No ano passado, a agência americana propôs banir o uso de pesticidas tóxicos às abelhas, incluindo neocotinóides como a imidacloprida, no período de floração das plantas — quando as abelhas realizam a polinização. A EPA também suspendeu temporariamente um novo pesticida, à base de neocotinóide, até que as informações sobre o seu impacto em abelhas seu finalizado.

---

Indústrias vão pagar 30% dos exames para detectar resíduos. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 11/01/2016.

Depois que a União Europeia questionou o controle de resíduos e contaminantes que o governo brasileiro deveria manter para atestar a segurança sanitária de alimentos de origem animal destinados ao mercado externo, o Ministério da Agricultura informou que as indústrias passarão a pagar cerca de 30% dos exames de laboratório que hoje são mantidos integralmente com orçamento público.

O secretário substituto de Defesa Agropecuária do ministério, Luís Rangel, admitiu que houve uma queda na quantidade de exames realizados pelos laboratórios privados que são credenciados pela pasta para complementar o atendimento às demandas por essas análises.

Segundo ele, esses laboratórios, responsáveis geralmente por 30% dos exames, alegaram falta de interesse em participar dos pregões de licitação, ora por burocracia em receber do governo ora por discordarem dos preços oferecidos. A demanda restante, de 70%, vem sendo normalmente executada pelos Lanagro, laboratórios do ministério, e não foi afetada, explicou.

"Estamos estudando termos de cooperação técnica em que o ministério continua atuando com os Lanagro, só que no caso dos laboratório particulares quem vai assinar o cheque é o setor privado, e eles estão dispostos a isso", disse Rangel, ponderando que a alternativa é emergencial. O orçamento reservado para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) entre 2013 a 2016 é de apenas R\$ 13 milhões ou R\$ 4,3 milhões ao ano.

Em dezembro do ano passado, o Valor revelou uma carta enviada pela Comissão Europeia à Pasta da Agricultura ameaçando barrar a importação de carnes de cavalo, bovina e de frango, pescado e mel brasileiros. A ofensiva ocorreu após o ministério extinguir um departamento responsável pelo controle desses resíduos e em meio à crise fiscal vivida pelo governo.

Rangel disse, contudo, que "a questão com a UE está gerenciada e não temos dúvida de que o programa está sendo bem executado".

---



## **Governo federal investiu R\$ 567 milhões na compra de alimentos da agricultura familiar. CONAB. 13/01/2016.**

Estratégico para promover as políticas de segurança alimentar e nutricional do país, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) destinou R\$ 567,2 milhões à compra de alimentos da agricultura familiar em 2015, mais do que os R\$ 565,6 milhões aplicados no ano anterior. Metade dos investimentos foram operacionalizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O Programa também é executado por estados e municípios, com recursos do governo federal.

O balanço foi apresentado nesta quarta-feira (13), pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, durante visita à Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras de Luziânia (Cooperluz), em Luziânia (GO). Na ocasião, a ministra destacou o papel estratégico da Conab no sucesso do PAA.

Só em 2015, 38,8 mil famílias de agricultores tiveram o apoio da Companhia na comercialização de sua produção por meio do PAA. Cerca de 50% dos beneficiados são mulheres e 20%, assentados da reforma agrária. No total, 917 projetos foram formalizados pela Conab com o objetivo de apoiar diretamente cooperativas e associações de agricultores familiares, totalizando investimentos da ordem de R\$ 287 milhões repassados pelo MDS e R\$ 21 milhões pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), totalizando execução de R\$ 298 milhões.

"A Conab segue firme na execução do PAA, em parceria com MDS e MDA. Este ano, estivemos presentes em mais de 540 municípios. O programa é fundamental para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar", avalia o diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, João Intini.

Do total aplicado, R\$ 241 milhões foram destinados à Compra com Doação Simultânea (CDS). Nesta modalidade, foram adquiridas 135 mil toneladas de alimentos, destinadas ao abastecimento de 2.800 instituições das redes socioassistencial, de ensino, de saúde e também a equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

Criado em 2003, o PAA fortalece a agricultura familiar, uma vez que permite a compra de alimentos produzidos pelos agricultores e os destina a entidades socioassistenciais, instituições de ensino público e equipamentos de segurança alimentar e nutricional, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. A estratégia contribuiu para a saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Mulheres na agricultura - Desde 2012, a Conab apoia agricultoras familiares do município de Luziânia. O grupo de 110 pequenas produtoras constituiu, em 2015, a Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Luziânia (Cooperluz), e formalizou projeto com a Companhia no valor de R\$ 879,9 mil, cujos alimentos beneficiarão os Centros de Referência em Assistência Social - CRAS do município. O

aprendizado com a execução do PAA impulsionou a participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

---

### **Entraves à pesquisa sobre pragas no agronegócio. Valor Econômico. 14/01/2016.**

Foi um longo processo, mas quase 15 anos depois do seu início, o Brasil continua sem se beneficiar plenamente da vitória sobre os Estados Unidos no contencioso sobre subsídios americanos ao algodão.

Em outubro de 2014, após 12 anos de disputa, Brasil e EUA celebraram um acordo considerado histórico pelo próprio diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo. O comunicado previa um pagamento único de US\$ 300 milhões ao Brasil.

Cultura importante no Brasil, em especial em alguns Estados nos quais é menor o peso da agricultura como a Bahia, o algodão teve no ano passado um valor bruto da produção de R\$ 12,97 bilhões, segundo estimativas do Ministério da Agricultura.

O Brasil é um grande exportador de algodão - no ano passado, as vendas somaram US\$ 1,29 bilhões. A previsão da Conab para a safra 2015/16, que está em fase de plantio, é de uma produção de 1,5 milhão de toneladas de algodão em plumas, queda de 4% na comparação com as 1,562 milhão de toneladas produzidas na safra 2014/15. O principal problema do segmento é a dificuldade em combater uma praga, o bicudo.

Foi neste contexto de tentar proteger um dos principais produtos agrícolas do país que o governo brasileiro iniciou em 2002 um processo contra os benefícios recebidos pelos plantadores de algodão nos Estados Unidos e o caso foi parar na OMC.

Os procedimentos e negociações se arrastaram por anos. Antes de 2014 já tinha sido anunciada uma solução para a disputa, que acabou não se concretizando. Um primeiro acordo, fechado em 2009, determinava que os EUA pagassem US\$ 830 milhões ao Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), criado especificamente para gerir esses recursos. No fim de 2013, os pagamentos que eram mensais foram atrasados em função da aprovação de uma nova lei agrícola pelo Congresso americano. Depois de mais negociações, chegou-se ao acerto de outubro de 2014, que incluíam uma cláusula pela qual o Brasil assumiu o compromisso de não retaliar a lei agrícola de 2014, que mantém os subsídios.

No ano passado, já tinha ficado claro que o acordo não tinha colocado, na verdade, um ponto final no conflito entre o Brasil e Estados Unidos sobre subsídios ao algodão. Conforme relato do correspondente do Valor em Genebra, Assis Moreira, um levantamento do Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) mostrava que os produtores americanos de algodão continuariam a receber vultosos subsídios, no

rastros da decisão do governo brasileiro de aceitar uma compensação e de não continuar a contestar a prática americana.

Agora, um novo capítulo desta novela vem a público. Como reportou Fabiana Batista na edição de terça-feira do Valor, o Brasil não consegue ainda se beneficiar da compensação americana. Com R\$ 1,5 bilhão em caixa, o Instituto Brasileiro do Algodão não tem conseguido usar o dinheiro para financiar uma das mais importantes demandas do setor: o desenvolvimento de uma variedade de algodão transgênico resistente ao bicudo. O inseto afeta atualmente todas as regiões produtoras do Brasil e gera, sozinho, custo adicional de US\$ 200 milhões por ano aos produtores.

Desde 2011, o Brasil recebeu dos EUA US\$ 850 milhões, mas não pôde, até 2014, usar o dinheiro em pesquisas, devido a restrições impostas pelos americanos no acordo selado na OMC. Apenas no fim de 2014 os americanos flexibilizaram algumas regras, permitindo aporte em pesquisas, desde que, realizados em parceria com institutos ou universidades americanas.

Por causa do longo contencioso na OMC, ficou complicada a relação entre os produtores dos dois países. Agora, as universidades americanas resistem a firmar parcerias com os brasileiros sem o aval da associação dos cotonicultores do país.

O Brasil tem tecnologia para desenvolver isoladamente uma variedade de algodão transgênico resistente ao bicudo e, inclusive, já criou plantas com o gene, informou Liv Soares Severino, chefe de pesquisa da Embrapa Algodão. Mas essa planta ainda está distante do ponto ideal para ser comercializada. Severino defende a parceria com universidades dos EUA, não somente como forma de acelerar o desenvolvimento dessa primeira variedade transgênica resistente ao bicudo, mas também porque isso agregaria mais recursos e conhecimento ao projeto todo.

---

### **Casos de ferrugem da soja já superam mesmo período da safra passada. Mariana Caetano - Valor Econômico. 14/01/2016.**

SÃO PAULO - Os casos de ferrugem asiática, uma das doenças mais danosas às lavouras de soja, já superam os do mesmo período da safra passada. Dados do Consórcio Antiferrugem, coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), indicam que já houve 256 notificações do fungo no Brasil desde o início da temporada 2015/16, acima das 248 registradas no acumulado da safra 2014/15 até o fim de janeiro.

Os casos da doença, que provoca queda na produtividade da soja, são mais numerosos no Sul do país. O motivo é o excesso de chuvas na região, uma vez que a umidade facilita a proliferação do fungo.

O Paraná registra a maior quantidade de notificações, com 121, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 78. Principal produtor de soja do país, Mato Grosso tem sido protegido da doença pelo tempo seco, e conta com apenas 7 casos informados.

Em toda a safra passada (2014/15), foram notificados 400 casos de ferrugem da soja no Brasil.

---

**Para CNA, alimentos produzidos com o uso correto de defensivos agrícolas são seguros. CNA. 19/01/2016.**

Brasília (19/01/2016) – O Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, em encontro com a presidente da DuPont do Brasil, Priscila Vansetti, ressaltou o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) na orientação do produtor sobre uso correto de defensivos agrícolas. De acordo com o presidente da CNA, é impossível atender à demanda de alimentos sem a utilização dos recursos de defesa tecnológica. “Sem os defensivos agrícolas e a engenharia genética não se produz alimentos em escala global e com preços competitivos”, disse.

João Martins alertou sobre o discurso que condena a produção de alimentos com a utilização de defensivos: “devemos melhorar nossa comunicação com os devidos esclarecimentos para a sociedade. As informações sobre os defensivos são equivocadas”. Presente no encontro, o secretário-executivo do SENAR, Daniel Carrara, destacou a importância do uso correto dos defensivos agrícolas.

Depois de viver 20 anos fora do país, 18 nos Estados Unidos e dois no Canadá, Priscila Vansetti voltou ao Brasil para assumir a presidência da DuPont, empresa norte-americana do ramo químico. Segundo informou a executiva, “75% de todos os negócios da empresa estão dirigidos para agricultura e, portanto, devemos estreitar e ampliar as relações com este setor. Queremos entender e contribuir com os objetivos da CNA”.

Em resposta às preocupações do presidente da CNA, Priscila Vansetti garantiu o ideal de sua empresa em “manter transparência em relação à produção dos defensivos agrícolas, com responsabilidade, assegurando as informações para o bom uso dos produtos”. A representante da DuPont afirmou ainda que para novos investimentos no Brasil “é necessário um ambiente mais previsível”. João Martins recebeu a presidente da DuPont do Brasil e assessores, em reunião, nesta terça-feira, (19/01), na sede da CNA, em Brasília.

---

## **REGIÃO NORTE: Conab doa 528,2 toneladas de alimentos. CONAB. 19/01/2016.**

Famílias indígenas, quilombolas e em situação de insegurança alimentar e nutricional do Amazonas e de Roraima receberam, em 2015, 528,2 toneladas de alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As cestas doadas pelo governo federal incluíam arroz, feijão, farinha de mandioca, açúcar, óleo de soja, leite em pó, macarrão e flocos de milho.

No Amazonas, foram beneficiadas 2.379 famílias indígenas atendidas pela Funai, sendo 675 de forma regular e 1.704 em caráter emergencial em razão da seca, e 173 famílias de quilombolas. Outras 17 mil famílias foram atendidas emergencialmente pela Defesa Civil do Estado Amazonas, além de 425 do Município de Careiro, todas atingidas por adversidades climáticas.

Em Roraima, foram beneficiadas 230 famílias do lixão de Boa Vista/RR, atendidas pela Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes/RR). Ao longo de 2015, essas famílias receberam 690 cestas de alimentos em três etapas.

As doações, feitas por meio da superintendência regional da Conab no Amazonas, envolveu recursos da ordem de R\$ 1,4 milhão, repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

---

## **Vacinação contra a febre aftosa alcança 99,59% do rebanho bovino de Mato Grosso. CNA. 19/01/2016.**

Cuiabá / Mato Grosso (19 de janeiro de 2016) - Com o maior rebanho da história de Mato Grosso (29,25 milhões de cabeças), 99,59% dos bovinos e bubalinos de todas as idades foram vacinados na campanha contra a febre aftosa de novembro de 2015. O resultado foi apresentado na última semana pelo Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea-MT) e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) e contou com a participação de representantes da área técnica da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso - FAMATO.

Como todos os anos, os órgãos contaram com a parceria da FAMATO, assim como das entidades Acrimat, Acrismat, Sindifrigio, Fabov, Ovinomat e o Fesa. "A FAMATO e o produtor rural mato-grossense estão cientes de seus deveres de contribuir para que Mato Grosso continue sendo reconhecido como livre da febre aftosa com vacinação. Todos os anos mais de 99% do rebanho é imunizado e isso mostra que nossos produtores estão cada vez mais conscientes da importância da prevenção", disse o gestor do Núcleo Técnico da FAMATO, Guto Zanata.

De acordo com o presidente do Indea Guilherme Nolasco, Mato Grosso está dividido em 13 unidades regionais do Indea, alcançando os 141 municípios, com mais de 104 mil propriedades inscritas.

Nolasco disse que o Indea acompanhou a vacinação em 3.242 propriedades, que corresponde a 3,11% das fazendas com um total de 1.068.117 bovídeos que tiveram

imunização realizada e fiscalizada por servidores do órgão. "Me orgulho desses números, isso demonstra o comprometimento dos nossos servidores".

Na oportunidade, o secretário de Desenvolvimento econômico (Sedec) Seneri Paludo anunciou o aumento do orçamento do Indea para 2016. "Esse ano o Indea vai ter um orçamento de R\$ 20 milhões, ou seja, está mais que dobrando o de 2015, e isso é reflexo do empenho e do reconhecimento do governo do Estado com um setor importantíssimo que é o de defesa agropecuária. Entendemos que o setor é fundamental para manter a sustentabilidade da economia de Mato Grosso", afirmou.

Paludo ainda destacou que a cadeia produtiva da bovinocultura do Estado ganha um novo incentivo com a criação do Instituto Mato-grossense de Carne (Imac), elaborado pela Sedec em parceria com o setor produtivo. O projeto foi encaminhado pelo governo para a Assembleia Legislativa que aprovou a iniciativa. "O Instituto vai ampliar a participação da produção estadual de gado de corte no mercado. Mato Grosso vai ter a sua própria marca", apontou.

Para o superintendente Federal de Agricultura de Mato Grosso José de Assis Guaresqui o trabalho realizado pelo Indea e pelos órgãos, assim como a FAMATO, que estão comprometidos com o setor, possibilitou o desenvolvimento e a expansão da bovinocultura. "Isso nos possibilitou a abertura de novos mercados e com isso já estamos estudando a possibilidade de abertura de novas plantas nos municípios do Estado".

Segundo Guaresqui, a produção de rebanho está sendo ampliada por meio de tecnologias, manejos adequados que melhoram a cada dia e com isso o mercado nacional e internacional se abre para Mato Grosso. Quem está no mercado também reconhece esse avanço e demonstra interesse em abrir novas plantas e reabrir as que estavam fechadas.

A FAMATO, entidade de classe que representa 89 Sindicatos Rurais de Mato Grosso, completou 50 anos no dia 16 de dezembro de 2015. Ao longo dessas cinco décadas levantou diversas bandeiras em prol do produtor. Lidera o Sistema FAMATO, composto pela , Imea, Sindicatos Rurais e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-MT). Essa trajetória é celebrada graças ao trabalho dos produtores rurais e dos colaboradores.

---

### **FAEA apresenta propostas para a próxima Campanha de Vacinação Contra Febre Aftosa. CNA. 20/01/2016.**

Manaus / Amazonas (20 de janeiro de 2016) - O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA), Muni Lourenço, participou, na última semana, de reunião para tratar da estratégia da campanha de vacinação contra a febre aftosa. A reunião realizada com a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (Adaf) tratou das condições necessárias para que o Amazonas seja considerado um Estado livre de Febre Aftosa.

Para o presidente, Muni Lourenço, todos estão engajados nesse esforço para combater esta endemia. “Propusemos a ADAF, IDAM e a SFA/MAPA que haja uma intensa campanha de divulgação nos municípios que terão campanha de vacinação no próximo mês de março, sobretudo em relação à mudança quanto à comercialização das doses de vacina, que agora na maior parte desses municípios, essa venda não ocorrerá através dos escritórios do IDAM, mas sim por estabelecimentos comerciais credenciados junto a SFA/MAPA”, disse.

Nessa reunião também foi feita uma avaliação sobre o início da transferência da comercialização de vacinas para a rede privada, que já ocorreu em novembro do ano passado em cinco municípios amazonenses, quais sejam, Humaitá, Apuí, Boca do Acre, Guajará e Manicoré (Distrito de Santo Antônio do Matupi).

O presidente da FAEA, Muni Lourenço, também apresentou pleito da classe patronal agropecuária de implementação pelo Governo do Estado de isenção de ICMS nas compras de doses de vacina contra aftosa, medida relevante principalmente a partir da retirada do subsídio público, bem como, importante para equiparar o tratamento tributário do Amazonas em relação ao já adotado por Estados vizinhos como Acre e Rondônia.

---

### **Qualidade de semente preocupa em MT - Mariana Caetano. Valor Econômico, Agronegócios. 28/01/2016.**

A baixa qualidade das sementes de grãos tem preocupado os produtores de Mato Grosso. Os problemas, conforme os agricultores, vêm se agravando nos últimos cinco anos com o aumento da demanda e trazendo impactos diretos no rendimento das lavouras de soja e milho. Assim, cresce o número de quem opta por produzir o próprio insumo, fugindo das sementeiras.

"Temos visto este ano entregas de sementes de milho até da safra 2012/13, muitas inclusive com doenças", diz Naildo da Silva Lopes, consultor agrícola em Nova Mutum. Segundo ele, há uma lacuna na legislação desfavorável ao produtor. A lei diz que a semente deve garantir 80% de germinação, mas não trata da idade nem do vigor dela. Do lado das fornecedoras, muitos creditam a qualidade inferior ao transporte ou armazenagem inadequados.

Muitas vezes, o agricultor também tem dificuldade em provar que as perdas estão relacionadas à qualidade das sementes, diz André Debastiani, analista da Agroconsult. "Esse problema já acontece há algum tempo, mas este ano se tornou mais latente porque a condição de germinação foi muito adversa por conta da seca, o que revelou a deficiência dessas sementes", afirma.

O produtor Lucas Beber ainda espera ser indenizado por prejuízos na safra passada. Ele plantou 500 hectares com sementes de soja de baixo vigor, que deram apenas 60% de

germinação, e estima ter perdido de três a quatro sacas por hectare. "Colhi uma média de 52 sacas por hectare na área. Não é ruim, mas para o meu nível de investimento...", diz.

O caso incentivou Beber a elevar o plantio de soja com semente "salva", quando o agricultor produz sua semente em vez de comprar de sementeiras. A atividade é legal quando o produtor registra a área de cultivo da semente no Ministério da Agricultura e paga os royalties à empresa detentora da tecnologia.

Patrik Lunardi, que planta 4 mil hectares de soja em Nova Mutum, semeou 60% de sua área em 2015/16 com semente salva. Na safra que vem, quer chegar a 100%. Para isso, está desembolsando R\$ 1 milhão para montar a infraestrutura necessária de equipamentos. "O custo [da semente] está abusivo e não temos garantia de qualidade. Produzindo a sua semente, você tem mais zelo".

A repórter viajou a convite da Agroconsult.

---

### **Prato cheio. Jacilio Saraiva – Valor Econômico. 29/01/2016.**

Apesar do desaquecimento econômico, o mercado de alimentação saudável está em franca expansão. As vendas de produtos como sucos e alimentos funcionais quase dobraram (98%) no país nos últimos cinco anos, e cresceram 67% acima da demanda por alimentos tradicionais, no mesmo período, segundo a consultoria Euromonitor. O segmento movimenta US\$ 35 bilhões anuais no Brasil, considerado o quarto maior mercado do mundo, de acordo com o estudo. Este ano, produtores de orgânicos, fornecedores de bebidas sem açúcar e de chocolates sem glúten e lactose planejam investimentos até três vezes maiores do que em 2015. Os recursos serão dirigidos para a expansão da produção, exportação e desenvolvimento de novas ofertas.

"O mercado de itens saudáveis é crescente e tem espaço para empresas entrantes, mesmo em um ano de crise", diz Paulo Furquim, coordenador do Centro de Pesquisa e Estratégia do Insper. Para o especialista, eventuais quedas de vendas causadas pela recessão podem ser compensadas pela mudança de hábito do consumidor. "Os consumidores, antes restritos às faixas de alta renda, agora se estendem para as classes B e C, e o setor, inicialmente considerado de nicho, vislumbra um consumo de massa."

Em Itirapina, a 200 quilômetros da capital paulista, o empresário Pedro Paulo Diniz resolveu levar a agricultura orgânica para uma área de 2,1 mil hectares de uma propriedade da família. O local produz lácteos, sucos, ovos e molhos orgânicos, vendidos com a marca Fazenda da Toca, lançada no ano passado.

Segundo o diretor de operações Otávio Negrelli, a produção segue para pequenos e grandes varejistas, além de hotéis, restaurantes e sites de e-commerce. No último ano, foram produzidas cerca de três mil toneladas de alimentos orgânicos, entre produtos acabados e



matérias-primas, para clientes como a Granja Mantiqueira, uma das maiores produtoras de ovos da América Latina; a Taeq, marca do Pão de Açúcar, além da alemã Voelkel.

"Em 2016, vamos investir R\$ 15 milhões no aumento da produção e em pesquisa agrícola", diz. O valor é três vezes maior do que o aplicado em 2015. No ano passado, a marca cresceu 250%, entre janeiro e dezembro. Somente em dezembro, faturou mais do que o dobro registrado no último mês de 2014, afirma Negrelli, sem revelar valores.

Para 2016, a expectativa é dobrar o faturamento mensal em relação às taxas registradas em 2015. O plano inclui ampliar os pontos de distribuição, a exportação de polpas de frutas para a Europa e a capacidade de produção de itens de maior demanda. "O mercado está muito favorável porque as pessoas estão repensando a forma de consumir."

Na biO2, uma das pioneiras na fabricação de barras de cereais orgânicas no Brasil, a previsão de investimentos em 2016 é de R\$ 4,5 milhões, valor 50% maior do que o aplicado em 2015. A verba vai bancar a criação de novos produtos, reforçar ações de marketing e a estrutura fabril e logística, segundo o diretor Leandro Farkuh.

A empresa paulista, criada há onze anos, faturou R\$ 30 milhões em 2015 e pretende fechar 2016 com R\$ 45 milhões de faturamento. Está em mais de cinco mil pontos de vendas no Brasil, com clientes como Carrefour e a rede de lojas de produtos naturais Mundo Verde. "Conseguimos um crescimento de 50% ao ano, nos últimos cinco anos."

Para isso, apostou em diversificação. Oferece 13 linhas de produtos, entre 17 sabores de barras, além de quatro sabores de sucos orgânicos.

Este ano, Farkuh pretende focar no mercado internacional, de olho na alta do dólar, e aumentar os itens para consumo infantil, com a linha biO2 Kids. No exterior, já tem relações comerciais com Uruguai, Peru e Chile, além de Austrália e Emirados Árabes. "Um dos maiores desafios da indústria é lidar com a oferta limitada de ingredientes orgânicos e garantir margens de lucro com a constante alta de custos."

Para Marcus Nakagawa, sócio da consultoria iSetor e professor do MBA de ciências do consumo da ESPM, para continuarem no azul, as marcas devem inovar nos produtos e na apresentação nos pontos de venda. É fundamental não relaxar na comunicação com o público alvo, diz. "Não adianta apenas ter opções nas gôndolas, mas investir em promoções e nas redes sociais."

Para driblar a escalada de preço dos insumos, a dica de Nakagawa é negociar com os produtores. "Deve-se buscar mais de um fornecedor para momentos de barganha e estabelecer parcerias com os fabricantes, que também ganhariam com o crescimento da empresa." O especialista recomenda atenção para a segmentação do consumo na área. "O número de produtos sem glúten ou lactose está aumentando porque mais pessoas descobrem restrições alimentares."

É de olho nesse nicho que Virgínia de Ávila Dias, CEO da Chocolife, planeja novos lançamentos, como barras de chocolate e achocolatados sem açúcar, glúten ou lactose. A companhia faturou R\$ 3,6 milhões no ano passado, um aumento de 35% em relação a 2014, e planeja chegar aos R\$ 5,5 milhões em 2016. Com uma venda de 150 mil unidades ao mês,

a ideia é lançar 13 novos produtos até dezembro. No ano passado, apresentou um "shake" sabor chocolate, de proteína de arroz e ervilha amarela, para vegetarianos.

Daniel Feferbaum, diretor-fundador da WNutritional, que produz bebidas funcionais sem açúcar da marca Luminus, afirma que as novas empresas que desejam explorar o segmento devem investir em pesquisa. "O objetivo é criar produtos que tragam benefícios para a saúde e não atendam apenas à 'moda' do consumo", diz. "É um mercado de muitas oportunidades, mas é necessário persistência para colher os resultados."

A trajetória de Feferbaum começou em 2013, depois de um investimento de pouco mais de R\$ 1 milhão e um longo caminho burocrático para registrar os produtos. Ele só viu a marca se expandir quando acelerou a distribuição nacional, por meio de médios e grandes compradores. Hoje, está presente em 20 Estados, aposta em contratos de food service, com empresas especializadas em atender escolas e hospitais, e exporta para os EUA e o Panamá.

Em 2016, garante que vai investir R\$ 5 milhões, o dobro do montante usado em 2015, para desenvolver mais mercadorias e reforçar a expansão internacional. A empresa faturou R\$ 2 milhões no ano passado, um crescimento de 100% em relação ao período anterior, e a expectativa é faturar R\$ 7 milhões em 2016, mesmo num cenário de crise. "Temos contratos internacionais negociados com distribuidores de Portugal, Espanha e Japão."

---

### **PAA registra crescimento no semiárido brasileiro. CONAB. 29/01/2016.**

Os recursos aplicados no semiárido brasileiro por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estão maiores. No último ano, 20% do valor operado pelo programa foi utilizado em projetos desta região, o que representa R\$ 56,7 milhões e um aumento de 36%, quando comparado com 2014, beneficiando mais de 7 mil agricultores familiares, que garantiram a comercialização de seus produtos. É o que demonstram os dados do balanço publicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O crescimento do PAA no semiárido é consequência do trabalho desenvolvido pela Companhia a partir da estabilidade normativa, que deu segurança para as operações, e das capacitações realizadas desde 2014 para as organizações da agricultura familiar, participantes do programa, que impulsionaram a apresentação de projetos.

A Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste Alagoano foi uma das beneficiadas pelo programa em 2015. Localizada no município de Arapiraca, a cooperativa que tem 123 agricultores familiares forneceu abóbora, alface, batata, cebolinha, coentro, couve, inhame, maxixe, pimentão, quiabo e raiz de mandioca a associações comunitárias e instituições de amparo aos portadores de necessidades especiais da cidade. Dessa maneira, mais de 12 mil atendimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional puderam ser realizados.

Já na Paraíba, a Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro (Apam) pode também contar com os recursos do PAA. Ela reúne 18 agricultores familiares que produzem abóbora, abobrinha, acerola, alface, berinjela, cebolinha, coentro, couve,

espinafre, mamão, manga, maxixe e quiabo. A produção foi doada à Associação de Ação Comunitária e Atividades Socioculturais (Acas) e ao Clube de Mães de Monteiro.

Do valor total aplicado no programa no último ano, a maior parte foi destinada à Compra com Doação Simultânea (CDS). Para esta modalidade, os recursos foram na ordem de R\$ 241 milhões, o que representa 84% do total. Com isso, mais de 870 projetos com cooperativas e associações de agricultores familiares foram formalizados e os alimentos destinados ao atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

No ano passado, a Conab operacionalizou R\$ 287,5 milhões no apoio à comercialização da produção da agricultura familiar por meio do PAA. O valor representa a totalidade do orçamento repassado pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa